

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

145 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 28/11 a 02/12/2022

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	1
ECON - Presidente do Banco Central Europeu	1
ECON - Preços da energia	1
AFCO - relações entre a UE e o Conselho da Europa	1
AFET - relatório anual sobre a Política Comum de Segurança e Defesa	2
2. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	2
DROI/JURI	2
AFET	3
EUROJUST	3
ING2	4
LIBE - Estado de direito	4
3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTO CIDADÃOS	5
4. HUNGRIA PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA E CONDICIONALIDADE	6
5. COMISSÃO EUROPEIA PACOTE ECONOMIA CIRCULAR	6
6. COMISSÃO EUROPEIA SAÚDE NA UE	7
7. COMISSÃO EUROPEIA ESTRATÉGIA DRONE 2.0	8
8. COMISSÃO EUROPEIA PROCEDIMENTOS INFRAÇÃO	8
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)	8
Conselho dos Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)	9
Reunião dos ministros da UE e da OEACP	9
Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria	9
Conselho (Competitividade) sobre Investigação e Espaço	10
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10
Cooperação interparlamentar	10

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

ECON - Presidente do Banco Central Europeu

A Comissão de Assuntos Económicos e Monetários promoveu um debate com a Presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, sobre a **inflação e os próximos passos da política monetária**. Toda a informação sobre esta reunião está disponível [aqui](#)

A Presidente da Comissão ECON, Irene Tinagli (Itália, S&D), referiu-se às previsões económicas preocupantes, assinalando a turbulência e elevada incerteza existentes, apelando a uma melhor coordenação da política monetária e fiscal.

Na sua intervenção inicial, disponível [aqui](#), Christine Lagarde, deu nota das medidas já adotadas pelo BCE para combater a inflação e referiu que uma subida das taxas de juro é provável.

Durante o debate, os Deputados alertaram para o risco de as medidas do BCE poderem asfixiar a economia, com especial impacto nas famílias com rendimentos mais baixos, através de aumentos demasiado bruscos das taxas de juro. Por outro lado, solicitaram mais informação sobre as mudanças necessárias para abordar as grandes disparidades de inflação entre as economias da zona euro.

ECON - Preços da energia

A Comissão de Assuntos Económicos e Monetários realizou uma audição sobre o **funcionamento dos mercados de derivados de energia e a volatilidade dos preços** nesta área. O detalhe está disponível [aqui](#).

A audição contou com a participação de John Berrigan, Director-Geral da Comissão Europeia para os Serviços Financeiros, Estabilidade Financeira e União dos Mercados de Capitais, de Verena Ross, Presidente da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e Mercados, e de Hanzo van Beusekom, membro do Conselho da Autoridade Holandesa para os Mercados Financeiros.

A Presidente da Comissão ECON, Irene Tinagli, referiu que a simultaneidade dos acontecimentos havia tornado o mercado de energia vulnerável a abusos. Além disso, o aumento dos preços teve um impacto dramático nas famílias e nas empresas.

No debate, os Deputados questionaram **porque é que nenhuma das salvaguardas para suspender ou suspender temporariamente o comércio de energia tinha alguma vez entrado em vigor apesar dos períodos de aumentos de preços muito elevados**. Os oradores convidados explicaram que, apesar dos aumentos de preços, estes não eram suficientemente grandes para desencadear a suspensão do comércio. Os Deputados enfatizaram, ainda, que a elevada volatilidade do próprio preço deveria ter levado à suspensão da comercialização, independentemente do preço ser muito elevado ou não.

Além disso, foi manifestada a preocupação de que a dimensão do mercado de derivados de energia seja demasiado grande, aludindo à situação de mercado antes da queda do *sub-prime*. Finalmente, os Deputados questionaram a distinção entre o que os reguladores consideram especulação normal de mercado e o que é manipulação de mercado. Os oradores explicaram que deve ser feita uma diferença entre um mercado que funciona sob stress, o que estava a acontecer neste caso particular, e um mercado que não funciona ou que é manipulado.

AFCO - relações entre a UE e o Conselho da Europa

A Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) realizou uma **audição sobre a dinâmica institucional entre a UE e o Conselho da Europa**, com a participação de Frédérique Berrod, Professora de Direito Público na Universidade de Estrasburgo e Professora Visitante no Colégio da

Europa em Bruges, e Emma Lantschner, Professora Assistente e Subdirectora da Universidade de Graz, no Centro de Estudos do Sudeste Europeu e Membro do Comité Consultivo do Conselho da Europa (Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais).

A audição incidiu, entre outros tópicos, nos mecanismos de cooperação política, nas relações entre as duas assembleias parlamentares e na relação entre o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e o Tribunal de Justiça da UE. O detalhe está disponível [aqui](#).

A Comissão realizou, ainda, uma troca de impressões sobre o projeto de relatório sobre esta matéria, cujo relator é Loránt Vincze (EPP, RO), e cujo detalhe está disponível [aqui](#).

AFET - relatório anual sobre a Política Comum de Segurança e Defesa

A Comissão de Assuntos Externos (AFET) debateu o **[relatório anual de 2022 sobre a implementação da Política Comum de Segurança e Defesa \(PCSD\)](#)**, no qual é salientada a dramática deterioração da segurança europeia causada pela guerra ilegal da Rússia contra a Ucrânia e sublinhado que a UE deve ser capaz de se defender. O detalhe está disponível [aqui](#)

Os Deputados apelam à UE para que aumente e acelere os seus esforços no sentido de fornecer à Ucrânia a ajuda financeira, humanitária e militar necessária, incluindo armas letais. Sublinhando a resposta sem precedentes e unida da UE à guerra da Rússia contra a Ucrânia, incluindo o fornecimento de equipamento militar através do [Mecanismo de Apoio à Paz](#) (EPF). Por outro lado, manifestou-se congratulação com a decisão do Conselho de criar, após um anterior apelo do Parlamento, uma [Missão de Assistência Militar de apoio à Ucrânia](#).

O relatório saúda as novas iniciativas da UE para reforçar a segurança e defesa europeias, nomeadamente a [declaração de Versalhes](#), a [Bússola Estratégica](#), a [comunicação conjunta sobre lacunas no investimento em defesa](#) e a proposta da Comissão de um regulamento para incentivar a aquisição conjunta ([EDIRPA](#)).

Os Deputados sublinharam ainda a necessidade de fazer pleno uso das iniciativas e orçamentos da UE para desenvolver as suas capacidades, considerando que o limite máximo do EPF deve ser significativamente aumentado e deve ser criado um envelope EPF separado para a Ucrânia.

Por outro lado, consideram que as missões e operações da PCSD deveriam ter mandatos mais robustos e flexíveis e a Capacidade de Desdobramento Rápido deveria estar pronta para ser utilizada mais rapidamente, com base no aumento da prontidão das forças militares dos Estados-Membros.

Finalmente, o relatório elaborado por Tom Vandenkendelaere (EPP, Bélgica) apela ao estabelecimento de parcerias de segurança e defesa com parceiros e aliados na área da defesa, a fim de satisfazer o nível de ambição da UE como fornecedor de segurança. O relatório sublinha ainda a necessidade de envolver mais ativamente o Parlamento no processo de tomada de decisões da PESC, em particular no que diz respeito à implementação da bússola estratégica e do EPF. O reforço do diálogo interparlamentar e da cooperação com os Parlamentos nacionais em matéria de segurança e defesa europeia são algumas das propostas do relatório, que foi aprovado por 48 votos a favor, 5 contra e 4 abstenções.

2. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

DROI/JURI

A Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) e a Subcomissão dos Direitos Humanos (DROI) do Parlamento Europeu organizaram uma [reunião interparlamentar subordinada ao tema *Jurisdição Universal - melhorar a responsabilização pelos crimes internacionais graves*](#). A Assembleia da República

participou em formato virtual nesta reunião com uma delegação constituída pelos Deputados Cláudia Santos (PS) e Patrícia Gilvaz (IL), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e Pedro Cegonho (PS) e Bruno Nunes (CH), da Comissão de Assuntos Europeus.

A reunião contou com a participação de diversos oradores, que debateram com os membros dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu os temas relativos à **aplicação da jurisdição universal pelos Estados-Membros, as limitações e os desafios da sua implementação**, nomeadamente no que se refere aos critérios utilizados para definir a jurisdição aplicável. Foram partilhadas as experiências específicas de alguns Estados, como foi o caso de Portugal, os avanços e recuos das legislações nacionais nesta matéria, casos concretos de aplicação da jurisdição universal, o trabalho do Tribunal Penal Internacional, a organização de investigações, a utilização de tecnologia a favor da justiça, e, de forma transversal, as questões nesta matéria relativas à situação da Ucrânia como consequência da agressão da Rússia ao país. Sobre este último ponto, os investigadores presentes referiram que, [sem o apoio da assembleia geral da ONU, seria um desafio legal criar um tribunal para processar a agressão russa contra a Ucrânia](#), advertindo que a *lei actual não é suficiente* para julgar a Rússia pelo crime de agressão, do qual decorrem todos os outros crimes de guerra.

AFET

A reunião interparlamentar organizada pela Comissão dos Assuntos Externos (AFET) focou-se nos temas relativos à [Europa no mundo, alianças e parcerias globais e apoio à Ucrânia - resiliência europeia, compromisso e unidade para os desafios futuros](#). A delegação da Assembleia da República foi composta pelos Deputados Paulo Moniz (PSD) e Jorge Seguro Sanches (PS), da Comissão de Assuntos Europeus, e Natália Oliveira (PS) e Ricardo Sousa (PSD), da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Foram oradores nesta reunião a Diretora Executiva para a Agenda Global e Relações Multilaterais do Serviço Europeu de Ação Externa e o Diretor-Geral em exercício da DG para a política europeia de vizinhança e negociações de alargamento da Comissão Europeia, e, embora com temas diferenciados, as discussões em ambas as sessões focaram sobretudo a situação na Ucrânia, o papel da União Europeia e as ações dos Estados-Membros, quer na necessidade de construção de novas parcerias, quer na reconstrução da Ucrânia e das suas infra-estruturas críticas e necessidades a curto prazo, assim como as relações com a China e no Mediterrâneo, preocupações demográficas, cibersegurança, a importância da Bússola Estratégica, a situação dos migrantes, a defesa europeia e a segurança energética.

EUROJUST¹

Teve lugar também, organizada pela Comissão LIBE, [3ª Reunião Interparlamentar sobre A avaliação das atividades da Eurojust](#), na qual participaram, em representação da Assembleia da República, os Deputados Ofélia Ramos (PSD) e Pedro Anastácio (PS) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e Romualda Fernandes (PS) e Paulo Ramalho (PSD) da Comissão de Assuntos Europeus. A reunião contou com a participação de Lucie Potucková, Deputada da Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos do Parlamento checo, que destacou a necessidade dos Estados-Membros estarem unidos no combate aos crimes de guerra, e do Comissário Europeu para a Justiça, Didier Reynders, que realçou que a invasão da Ucrânia pela Rússia demonstrou a importância de uma boa cooperação entre as várias jurisdições, congratulando o trabalho desenvolvido pela Eurojust desde o primeiro momento.

Na primeira sessão dedicada ao **Relatório anual da Eurojust e perspectivas futuras para agência**, interveio o Presidente da Eurojust, referindo a sólida cooperação judicial que atualmente existia entre os vários países e o grande desafio o aprofundamento da cooperação judicial com países terceiros,

¹ Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, Assessor da Comissão de Assuntos Europeus

estando em curso a negociação vários acordos de cooperação referentes a esta matéria. No debate que se seguiu, os Deputados focaram o trabalho desenvolvido pela Eurojust relativamente aos crimes de tráfico de seres humanos, a importância do combate ao crime organizado, bem como a relevância dos crimes ambientais, a preocupação com a retenção de dados das investigações pelos Estados-Membros, a interconexão da base de dados da Eurojust e da Europol e a relação da Eurojust com a Procuradoria Europeia.

Na segunda sessão, centrada no **reforço do mandato da Eurojust e as atividades relacionadas com a guerra na Ucrânia**, intervieram o Presidente e os Vice-Presidentes da Eurojust, que destacaram a resposta judiciária sem precedentes ao conflito na Ucrânia, com a Eurojust ao corrente de 21 investigações a decorrer em diferentes Estados-Membros, realçando que o papel da agência, com este mandato reforçado, seria mais eficiente. Na troca de pontos de vista, os Deputados destacaram que todos os responsáveis da prática de crimes de guerra deveriam ser levados à justiça, congratulando o trabalho desenvolvido pela Eurojust em parceria com o Tribunal Penal Internacional e a preocupação de dotar a agência com meios e recursos para prosseguir com as investigações judiciais, concretamente, com a recolha e análise de material probatório.

ING2

A [Comissão Especial para ingerência estrangeira em todos os processos democráticos na UE, incluindo a desinformação \(ING2\)](#) convidou os Parlamentos nacionais dos Estados-Membros em que foram realizadas eleições no ano de 2022 ou que terão eleições durante o primeiro semestre de 2023 para discutir a *Ingerência estrangeira: a resiliência legislativa, leis eleitorais ou campanhas de manipulação de informação*. Tendo as eleições legislativas em Portugal tido lugar em janeiro de 2022, a Assembleia da República foi convidada a participar nesta reunião, tendo sido constituída uma delegação que integrou os Deputados Pedro Anastácio (PS) e Ofélia Ramos (PSD), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e Rosário Gambôa (PS) e Isabel Meirelles (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus. As intervenções iniciais do Diretor-Geral para a Comunicação e Porta-Voz do Parlamento Europeu e da Fundadora do Centro para Comunicações Estratégicas e Segurança de Informação do Ministério da Cultura e Política de Informação da Ucrânia deram o mote para a discussão sobre a desinformação, os ataques cibernéticos, as experiências dos Estados-Membros e da sua legislação para salvaguardar a democracia e as eleições livres, o combate à corrupção, e, especificamente sobre a Rússia e a situação na Ucrânia, a interferência ao nível político, de informação, económico e de cibersegurança.

LIBE - Estado de direito

Teve ainda lugar esta semana a reunião interparlamentar dedicada à [situação do Estado de direito na União Europeia](#), promovida pela Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE). A delegação da Assembleia da República a esta reunião foi constituída pelos Deputados Bernardo Blanco (IL) e Romualda Fernandes (PS), da Comissão de Assuntos Europeus, e Pedro Anastácio (PS) e Ofélia Ramos (PSD), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. A agenda da reunião contava com duas sessões: uma **troca de pontos de vista sobre a situação do Estado de direito em 2022, com especial ênfase na resiliência das instituições democráticas**, e uma sobre o **reforço da liberdade dos meios de comunicação social e transparência** enquanto pilares chave da democracia, tendo contado com a presença de vários oradores, dos quais se destaca o Comissário Didier Reynders. O debate em torno destes temas frisou principalmente os resultados do último Relatório do Estado de direito e as recomendações apontadas aos Estados-Membros, com destaque para as questões relativas à imparcialidade e independência do

poder judicial, a situação da Polónia e da Hungria e ativação do procedimento do artigo 7.º do Tratado, as especificidades do regulamento da condicionalidade e a proteção dos valores da UE, assim como a proteção dos jornalistas, independência e liberdade de meios de comunicação social e as SLAPP (ações judiciais estratégicas contra a participação pública).

3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTO CIDADÃOS²

No dia 2 de dezembro teve lugar, no Parlamento Europeu em Bruxelas, o [evento de retorno de informação aos cidadãos sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa \(CoFE\)](#), que contou com a participação da delegação permanente da Assembleia da República, composta pelos Deputados Luís Capoulas Santos (PS), Paulo Moniz (PSD) e Isabel Meirelles (PSD).

De acordo com o [programa](#) previsto, o evento teve início com um breve [discurso](#) da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, que destacou, entre outros, a importância de dar seguimento às propostas e medidas resultantes da CoFE, dando nota dos trabalhos desenvolvidos pelo Parlamento Europeu nesta matéria, em particular a Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO).



Fonte: PE

Durante a manhã, realizaram-se as sessões dedicadas à partilha de experiências dos cidadãos, bem como dos representantes da COSAC, do Comité das Regiões Europeu, do Comité Económico e Social Europeu, dos parceiros sociais e da sociedade civil. Por parte da COSAC, a intervenção relativa ao papel dos Parlamentos nacionais neste exercício foi feita pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República e membro da delegação a esta Conferência, Deputado Luís Capoulas Santos. Foram ainda apresentados pelos representantes das três instituições europeias e co-presidentes da Conferência - Guy Verhofstadt (Parlamento Europeu), Dubravka Šuica (Comissão Europeia) e Mikuláš Bek (Conselho da União Europeia) - os trabalhos desenvolvidos pelas mesmas relativamente ao seguimento a dar às conclusões da Conferência.

No período da tarde decorreram os trabalhos dos grupos de debate para os cidadãos, sobre os temas dos diferentes painéis de cidadãos, e a reunião entre os membros dos Parlamentos nacionais, que versou sobre o intercâmbio de pontos de vista sobre a experiência subjacente à CoFE, a que se seguiu a continuação do debate entre os cidadãos e os representantes políticos das três instituições europeias. Foram abordados neste último ponto temas como a revisão dos Tratados, a segurança e independência energética, a regra da unanimidade no Conselho, o reforço dos poderes do Parlamento Europeu, a educação cívica, o futuro dos jovens, as condições de trabalho, as alterações climáticas, a solidariedade intergeracional, a saúde mental e a política de migração.

Mais informações podem ser consultadas [aqui](#), assim como a gravação do evento [aqui](#).

² Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

4. HUNGRIA | PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA E CONDICIONALIDADE

A Comissão Europeia, após assegurar que as principais metas relativas à independência judicial e proteção do orçamento da UE foram incluídas, [decidiu aprovar o Plano de Recuperação e Resiliência da Hungria](#), condicionado à implementação plena e efetiva destas metas. A Hungria comprometeu-se assim com 17 medidas corretivas, bem como com outras reformas do Estado de direito relativas à independência judicial (incluindo um conjunto de 27 metas importantes - «super milestones»). Na prática, significa que nenhum pagamento ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência será possível até a Hungria ter implementado plena e corretamente estas 27 metas.

As reformas a efetuar prendem-se sobretudo com o combate à corrupção, medidas para melhorar a concorrência e a transparência nos contratos públicos, regras reforçadas em matéria de conflitos de interesses; aumento das exigências em matéria de auditoria e controlo; assegurar que o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) pode conduzir eficazmente investigações na Hungria; aumentar os poderes do Conselho Judicial Nacional independente, para limitar a influência indevida e as decisões discricionárias e assegurar uma administração mais objetiva e transparente dos tribunais; reformar o funcionamento do Supremo Tribunal para limitar os riscos de influência política; suprimir o papel do Tribunal Constitucional na revisão das decisões finais dos juízes; suprimir a possibilidade de o Supremo Tribunal rever as questões que os juízes tencionam submeter ao TJUE; e medidas padrão de auditoria e controlo.

Acresce que a [avaliação sobre o procedimento de condicionalidade relativamente à Hungria, apresentada pela Comissão Europeia, considerou que, não obstante as medidas tomadas, continua a existir um risco contínuo para o orçamento da UE](#), dado que as medidas corretivas que ainda têm de ser cumpridas são de natureza estrutural e horizontal. Embora várias reformas tenham sido empreendidas ou estejam em curso, a Hungria não conseguiu implementar adequadamente os aspectos centrais das 17 medidas correctivas necessárias acordadas ao abrigo do mecanismo geral de condicionalidade até à data limite de 19 de novembro, tal como se comprometeu a fazer, nomeadamente no que se refere à eficácia da Autoridade de Integridade recentemente criada e ao procedimento para a revisão judicial das decisões do Ministério Público.

A Comissão concluiu que as condições para a aplicação do regulamento permanecem inalteradas e que serão necessárias outras medidas essenciais para eliminar os riscos remanescentes para o orçamento da UE na Hungria. **Mantém-se assim a proposta da Comissão de suspender 65% das autorizações para três programas operacionais no âmbito da política de coesão, no montante de 7,5 mil milhões de euros, bem como a proposta de que nenhum compromisso jurídico pode ser assumido com qualquer fundo de interesse público.**

O Conselho terá até 19 de dezembro para votar esta matéria e apenas uma maioria qualificada pode aprovar esta suspensão de fundos.

As declarações dos Comissários Europeus sobre o tema podem ser encontradas [aqui](#).

5. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE ECONOMIA CIRCULAR

A Comissão Europeia adotou esta semana novas propostas no âmbito do [Plano de Ação para a Economia Circular do Pacto Ecológico Europeu](#):

1. [Novas regras a nível da UE em matéria de embalagens](#), a fim de fazer face a esta fonte crescente de resíduos, assegurando a existência de opções de embalagens reutilizáveis, com o intuito de eliminar as embalagens desnecessárias, limitar a sobre-embalagem e fornecer rótulos claros para permitir a reciclagem correta. Procura-se assim colocar o setor das embalagens na via da neutralidade climática até 2050. A Comissão procurará proporcionar também maior clareza

aos consumidores e à indústria no que respeita aos [plásticos de base biológica, aos plásticos compostáveis e aos plásticos biodegradáveis](#), estabelecendo para quais aplicações esses plásticos são verdadeiramente vantajosos em termos ambientais e como devem ser concebidos, eliminados e reciclados. A [proposta de revisão da legislação da UE em matéria de embalagens e resíduos de embalagens](#) tem assim três objetivos essenciais:

- **evitar a geração de resíduos de embalagens;**
- **promover a reciclagem de alta qualidade («circuito fechado»);**
- **reduzir a necessidade de recursos naturais primários e criar um mercado de matérias-primas secundárias que funcione corretamente.**

2. [Proposta relativa a um primeiro quadro voluntário à escala da UE para certificar de forma fiável as remoções de carbono de elevada qualidade](#), que estabelece regras para a verificação independente das remoções de carbono, bem como regras para reconhecer os sistemas de certificação que podem ser utilizados para demonstrar a conformidade com o quadro da UE. A fim de assegurar a qualidade e a comparabilidade das remoções de carbono, o regulamento proposto estabelece quatro critérios Q.U.A.L.I.T.Y (siglas em inglês):

- **Quantificação:** as atividades de remoção de carbono devem ser medidas com precisão e proporcionar benefícios inequívocos para o clima;
- **Adicionalidade:** as atividades de remoção de carbono têm de ir além das práticas existentes e do que é exigido por lei;
- **Certificação a Longo Prazo:** os certificados estão ligados à duração do armazenamento de carbono, a fim de assegurar o armazenamento permanente;
- **Sustentabilidade (Sustainability):** as atividades de remoção de carbono devem preservar ou contribuir para objetivos de sustentabilidade, como a adaptação às alterações climáticas, a economia circular, os recursos hídricos e marinhos e a biodiversidade.

As secções de perguntas e respostas sobre estas matérias podem ser encontradas [aqui](#) e [aqui](#).

6. COMISSÃO EUROPEIA | SAÚDE NA UE

A Comissão adotou também uma [nova estratégia da UE para a saúde a nível mundial](#), com o objetivo de melhorar a segurança sanitária global e assegurar a prestação de melhores cuidados de saúde a todos. Esta estratégia apresenta **três prioridades fundamentais**:

- melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas ao longo da vida;
- reforçar os sistemas de saúde e promover a cobertura universal dos cuidados de saúde;
- prevenir e combater as ameaças para a saúde, incluindo as pandemias, aplicando uma abordagem «Uma Só Saúde».

Pretende também **melhorar significativamente a segurança sanitária global**, sugerindo várias ações para fazer face às ameaças nesta área como seja um acesso mais equitativo às vacinas e aos tratamentos médicos, através do reforço dos sistemas farmacêuticos locais e da capacidade de produção, regras internacionais sólidas e vinculativas em caso de pandemias, maior vigilância e deteção de agentes patogénicos e uma abordagem abrangente que tenha em conta todas as interligações entre o ambiente, a saúde animal/vegetal e a saúde humana.

O surgimento de uma nova ordem mundial no domínio da saúde permite que esta estratégia contribua para **apoiar o novo tipo de governação global sólida, alargar as parcerias internacionais** da UE no domínio da saúde no âmbito da *Global Gateway*, potenciar a abordagem da **Equipa Europa**, promover **formas de financiamento inovadoras**, a congregação de fundos a nível internacional e o cofinanciamento entre países parceiros e outros intervenientes, como o setor privado.

Fichas informativas sobre o tema e a secção de perguntas e respostas encontram-se disponíveis [aqui](#).

A Comissão publicou ainda o [primeiro relatório sobre o estado de preparação em matéria de saúde](#), que destaca os progressos realizados nos domínios da preparação e da resposta desde o início da pandemia de COVID-19, centrando-se, em especial, nas contramedidas médicas, e que se encontra disponível [aqui](#).

7. COMISSÃO EUROPEIA | ESTRATÉGIA DRONE 2.0

A [Estratégia Europeia Drone 2.0](#) foi outro dos documentos adotados pela Comissão Europeia. Esta estratégia define uma [visão para prosseguir o desenvolvimento do mercado europeu de drones](#), com base no quadro de segurança da UE para o funcionamento e a definição dos requisitos técnicos relativos aos drones, que é o mais avançado do mundo, e definindo a forma como a Europa pode prosseguir operações comerciais em larga escala com drones, oferecendo simultaneamente novas oportunidades no setor.

Esta estratégia prevê que alguns serviços de drones façam parte do quotidiano europeu até 2030, como **(1)** serviços de emergência, cartografia, imagiologia, inspeção e vigilância por drones civis no âmbito dos quadros jurídicos aplicáveis, bem como entrega urgente de pequenas remessas, nomeadamente de amostras biológicas ou medicamentos; e **(2)** os serviços de mobilidade aérea inovadora, como os táxis aéreos, começarão a prestar serviços regulares de transporte de passageiros, utilizando inicialmente aeronaves com um piloto a bordo, mas com o objetivo último de automatizar plenamente as operações.

A Comissão lançará os trabalhos sobre [19 ações emblemáticas operacionais, técnicas e financeiras da Estratégia para criar o ambiente regulamentar e comercial adequado ao espaço aéreo e ao mercado dos aviões não tripulados do amanhã](#).

8. COMISSÃO EUROPEIA | PROCEDIMENTOS INFRAÇÃO

A Comissão adotou um [pacote de decisões de infração pela ausência de comunicação por parte dos Estados-Membros das medidas de transposição de diretivas europeias para o ordenamento jurídico nacional](#). A Comissão enviará carta de notificação para cumprir a 15 Estados-Membros, incluindo Portugal, no que respeita às seguintes diretivas: atos delegados da diretiva relativa à restrição do uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eléctricos e electrónicos; e diretiva delegada (UE) 2021/1717 relativa à atualização de determinadas designações de categorias de veículos.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)

No que se refere à área da [educação e juventude](#), o Conselho adotou uma [recomendação sobre os percursos para o sucesso escolar](#) e [conclusões sobre o favorecimento do bem-estar na educação digital](#). Os ministros debateram também a forma como o Espaço Europeu da Educação pode reagir de forma

mais rápida e eficiente a crises como a agressão da Rússia contra a Ucrânia ou a pandemia de COVID-19, assim como avaliaram a execução do Ano Europeu da Juventude e refletiram sobre a forma de assegurar o seu legado para além de 2022. Foram ainda aprovadas conclusões sobre [*Promover a dimensão intergeracional no domínio da juventude para fomentar o diálogo e a coesão social*](#). No âmbito da [Cultura, Audiovisual e Desporto](#), foi realizado um debate de orientação sobre o apoio e a solidariedade para com a cultura ucraniana, nomeadamente o património cultural, tendo sido reforçada a dimensão de ação externa da cultura e acrescentada uma ação específica sobre a Ucrânia no [Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026](#), adotado nesta reunião. O Conselho também adotou [conclusões sobre infraestruturas desportivas sustentáveis](#).

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)

Os ministros do Desenvolvimento [debateram o seguimento da Cimeira UE-União Africana](#), que teve lugar em Bruxelas no passado mês de fevereiro, e discutiram questões de interesse mundial, incluindo o impacto da agressão russa contra a Ucrânia na situação de insegurança alimentar mundial e nos preços da energia. Centraram também a sua atenção na resposta da Equipa Europa à crise na Ucrânia e no Afeganistão, tendo debatido a proposta da Comissão e do SEAE relativa a uma *abordagem aprofundada e reforçada sobre as necessidades básicas* para apoiar a população afegã e concordaram que era necessário envidar mais esforços antes de avançar nesse sentido. Foram adotadas conclusões sobre a [redução do risco de catástrofes](#) e sobre o [plano de ação para a juventude](#).

Reunião dos ministros da UE e da OEACP

O [45.º Conselho de Ministros África, Caraíbas e Pacífico \(ACP\) reuniu-se pela primeira vez após a pandemia para uma troca de pontos de vista sobre as muitas questões importantes para a Parceria](#). Os ministros debateram o atual contexto geopolítico, nomeadamente a crise alimentar e a crise energética, que afetam de forma especialmente grave os países vulneráveis, muitos dos quais membros da OEACP, assim como o novo Acordo de Parceria UE-OEACP (pós-Cotonu), a fim de preparar a sua assinatura. Foi dada especial atenção no âmbito deste acordo ao comércio, à cooperação económica e financeira, bem como às jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais e à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. Foram ainda trocados pontos de vista sobre a Estratégia *Global Gateway* da UE e sobre a colaboração durante a próxima [Conferência das Nações Unidas sobre a Biodiversidade \(COP15\)](#).

Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria

Os ministros adotaram [nesta reunião](#), por unanimidade, uma orientação geral sobre o [Regulamento Circuitos Integrados europeu \(Chips Act\)](#), tendo enfatizado a necessidade de orçamento suficiente para o programa futuro. Adotaram também uma posição negocial sobre a [diretiva sobre o dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade](#) e sobre o regulamento relativo à [proteção das indicações geográficas para produtos artesanais e industriais](#). O Conselho adotou ainda conclusões sobre a [agenda europeia para o turismo 2030](#).

Conselho (Competitividade) sobre Investigação e Espaço

No âmbito da [investigação](#), os ministros discutiram o papel da ciência na elaboração das políticas dos Estados-Membros e a melhoria do aconselhamento científico para a tomada de decisões políticas, expressando interesse na criação e desenvolvimento de plataformas de consultores científicos nos seus diferentes ministérios sectoriais e sublinhando a utilidade de coordenar as abordagens nacionais a nível da UE. Foram ainda adotadas conclusões sobre a [Nova Agenda para a Inovação](#) e [Infraestruturas de Investigação](#). Em matéria de [espaço](#), foi realizado um debate sobre a exploração de dados espaciais da UE.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos da próxima semana no Parlamento Europeu serão dedicados às atividades das comissões parlamentares (Cfr. Cooperação Interparlamentar) e grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [7 de dezembro](#), destacando-se o *IVA na era digital*, *cooperação administrativa em matéria de impostos*, *pacote reforço mercados capitais* e *pacote igualdade*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 05.12: [Eurogrupo](#); [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Transportes](#)
- 06.12: [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#); [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Telecomunicações](#); [Cimeira UE-Balcãs Ocidentais](#)
- 08.12: [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Emprego e Política Social](#); [Conselho de Justiça e Assuntos Internos](#)
- 09.12: [Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores \(Saúde\)](#)

Cooperação interparlamentar

Terá lugar na próxima semana uma [reunião interparlamentar](#), organizada pela Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM) do Parlamento Europeu, dedicada ao tema *Convenções de Género*, e na qual participarão os Parlamentos nacionais.

Bruxelas | 2 de dezembro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).